FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 23/06/2022 - 05:59

PF prende Milton Ribeiro e agrava desgastes de Bolsonaro

Policiais federais deixam o MEC após cumprirem mandado de busca e apreensão no local Pedro Ladeira/Folhapress

PF prende Milton Ribeiro e pastores do MEC e agrava desgaste de Bolsonaro

Ex-ministro saiu do governo neste ano após suspeitas sobre liberação de verbas do FNDE em 'balcão de negócios' na pasta

Fabio Serapião, Paulo Saldaña e Camila Mattoso

BRASÍLIA A Polícia Federal realizou nesta quarta-feira (22) uma operação contra o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro e pastores evangélicos suspeitos de operar um balcão de negócios na pasta e na liberação de verbas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Ribeiro e os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, ambos ligados ao presidente Jair Bolsonaro (PL), foram presos. Também foram detidos Luciano de Freitas Musse, advogado e ex-assessor do MEC, e Helder Bartolomeu, ex-assessor da Prefeitura de Goiânia.

Agentes federais estiveram na sede do MEC, em Brasília, em operação que trouxe novo desgaste a Bolsonaro a cerca de três meses das eleições.

Além da crise na economia, incluindo a alta do preço dos combustíveis, e da instabilidade política, com seguidos ataques ao Judiciário, a campanha do presidente viu fragilizar ainda mais a tentativa de um discurso anticorrupção.

Em março, Bolsonaro havia dito que colocaria a "cara no fogo" por Ribeiro em meio às suspeitas no Ministério da Educação. Nesta quarta, buscou se descolar do antigo aliado, dizendo que "ele que responda pelos atos dele".

Os dois pastores presos pela PF são apontados como lobistas que atuavam no MEC.

A ação desta quarta foi batizada de Acesso Pago e investiga a prática de "tráfico de influência e corrupção para a liberação de recursos públicos".

Com base em documentos, depoimentos e um relatório da CGU (Controladoria-Geral da União) foram mapeados indícios de crimes na liberação de verbas do FNDE. Ao todo, foram cumpridos 13 mandados de busca e apreensão em Goiás, São Paulo, Pará e Distrito Federal.

No mandado de prisão de Ribeiro, o juiz Renato Borelli, da 15ª Vara Federal em Brasília, listou os crimes investigados e que podem ter sido cometidos pelo ex-ministro. São eles: corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência. A defesa de Ribeiro afirmou que a prisão é ilegal e que vai buscar a soltura dele.

> **O MEC ressalta que o governo federal não compactua com qualquer ato irregular e continuará a colaborar com as investigações**
>
> **Ministério da Educação**
> em nota

O magistrado decretou a prisão preventiva de Ribeiro, que não tem prazo. Também foi determinada a transferência do ex-ministro de Bolsonaro para a superintendência da PF no Distrito Federal.

No entanto, após a PF alegar risco de segurança e restrições orçamentárias, a Justiça Federal permitiu que Ribeiro fique em São Paulo e participe da audiência de custódia nesta quinta-feira (23) por meio de videoconferência.

Outro dos detidos nesta quarta, o advogado Luciano de Freitas Musse, trabalhou no MEC durante 11 meses e é ligado aos pastores.

Ele foi nomeado por Ribeiro para o cargo de gerente de projetos no MEC em abril de 2021 e só foi demitido em março deste ano, após a saída do titular da pasta.

Antes disso, ele integrava o grupo dos pastores e esteve em ao menos três encontros oficiais com o ex-ministro.

Já Helder Bartolomeu trabalhou como assessor da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura de Goiânia

Os dois pastores, Gilmar e Arilton, são peças centrais no escândalo do balcão de negócios do ministério. Como mostrou a **Folha**, eles negociavam com prefeitos a liberação de recursos federais mesmo sem ter cargo no governo.

Os recursos são do FNDE, órgão ligado ao MEC controlado por políticos do centrão, bloco político que dá sustentação a Bolsonaro desde que ele se viu ameaçado por pedidos de impeachment. O fundo concentra os recursos federais destinados a transferências para municípios.

Prefeitos relataram pedidos de propina, até em ouro.

Em áudio revelado pela **Folha**, o ex-ministro disse que priorizava pedidos dos amigos de um dos pastores a pedido de Bolsonaro.

Na gravação, o então ministro dizia ainda que isso atendia a uma solicitação do presidente e mencionava pedidos de apoio que seriam supostamente direcionados para construção de igrejas. A atuação dos pastores junto ao MEC foi revelada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Ribeiro deixou o cargo no fim de março, uma semana após a publicação do áudio.

Musse frequentava um hotel e um restaurante em Brasília usado pelos religiosos para negociar com prefeitos, inclusive quando já estava no MEC.

Já Helder Bartolomeu fazia parte da comitiva dos pastores. Ele esteve em um evento em Nova Odessa (SP) com o ministro e pastores, em agosto do ano passado.

Após esse evento uma denúncia da atuação dos pastores foi levada a Milton Ribeiro. Antes de realizar essa agenda, o prefeito de Piracicaba teria recebido pedido de dinheiro para que o município abrigasse o evento do MEC, transferido para Nova Odessa após recusa de pagamento.

Em nota, o ministério confirmou que a PF esteve na sede da pasta e disse colaborar com as investigações em todas as instâncias.

"O MEC ressalta que o governo federal não compactua com qualquer ato irregular e continuará a colaborar com as investigações", diz a nota.

Gilmar Santos e Arilton Moura negociavam, ao menos desde janeiro de 2021, a liberação de empenhos para obras de creches, escolas, quadras ou para compra de equipamentos. Os recursos são geridos pelo FNDE.

Os pastores gozavam de trânsito livre no governo, organizavam viagens do então ministro com lideranças do FNDE e intermediavam encontros de prefeitos na própria residência de Ribeiro.

Ambos tinham em um hotel de Brasília uma espécie de QG para negociação de recursos. Ali, recebiam prefeitos, assessores municipais e também integrantes do governo.

Gilmar Santos preside uma entidade chamada Convenção Nacional de Igrejas e Ministros de Assembleias de Deus no Brasil Cristo para Todos, da qual Arilton aparecia como secretário. Os religiosos tinham relação com o presidente Bolsonaro desde antes de intensificar a agenda no MEC.

Em 18 de outubro de 2019, primeiro ano do governo, participaram de evento no Palácio do Planalto com o presidente e ministros. Ambos somaram 45 entradas no Palácio do Planalto. Estiveram outras 127 vezes no MEC e no FNDE.

Ambos negam irregularidades, bem como o ex-ministro e integrantes do FNDE.

Continua na pág. A5

Continuação da pág. A4

Com o centrão no comando, o FNDE virou uma espécie de balcão político, com atuação dos pastores, explosão de empenhos para atender políticos aliados ao governo Bolsonaro, ausência de critérios técnicos e até burla no sistema.

Enquanto o governo atendeu aliados, o MEC travou a liberação de R$ 434 milhões do FNDE a prefeituras de todo o país. Os valores se referem a obras em 1.369 prefeituras, que, embora aptas a receber dinheiro federal, não tiveram as transferências efetivadas pelo governo.

O FNDE é controlado por indicações de partidos do centrão. O presidente, Marcelo Lopes da Ponte, era assessor de Ciro Nogueira (PP-PI), ministro da Casa Civil de Bolsonaro e um dos líderes do bloco de apoio à atual gestão federal.

As diretorias do fundo também são loteadas. O diretor de Ações Educacionais do FNDE, Garigham Amarante Pinto, por exemplo, é indicação do PL, partido de Bolsonaro, e políticos do centrão sustentam Gabriel Vilar na diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais do fundo.

Também com dinheiro do FNDE, o governo destinou R$ 26 milhões para a compra de kits de robótica para escolas de pequenas cidades de Alagoas que sofrem deficiências de infraestrutura básica, como falta de salas de aula, de computadores, de internet e até de água encanada.

As denúncias de um balcão de negócios no Ministério da Educação entraram na mira de parlamentares, que tentaram instalar uma CPI no Senado. O governo, no entanto, conseguiu melar a criação da comissão. Nesta quarta, após as prisões pela PF, houve nova mobilização de congressistas.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) posa para foto ao lado do então ministro Milton Ribeiro (Educação) e dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura em evento no MEC Reprodução

Quem é quem

Milton Ribeiro
Pastor de uma igreja presbiteriana em Santos (SP), foi o terceiro ministro da Educação do governo Jair Bolsonaro. Chegou ao cargo em julho de 2020 após a demissão de Abraham Weintraub. Sem experiência em políticas públicas, foi escolhido como forma de aceno para a base religiosa que apoia o governo. Saiu do governo em 28 de março de 2022, uma semana após a **Folha** revelar áudio em que ele fala em priorizar um dos pastores a pedido de Bolsonaro. Ribeiro foi vice-reitor da Universidade Mackenzie, em São Paulo, no início dos anos 2000. A universidade afirma que Milton Ribeiro não tinha mais vínculo com a instituição desde que entrou no governo.

Gilmar Santos
Preside, de Goiânia (GO), uma entidade chamada Convenção Nacional de Igrejas e Ministros de Assembleias de Deus no Brasil Cristo para Todos. Ao lado de Arilton Moura, negociava liberação de verbas federais da Educação com prefeitos, mantendo forte interlocução no MEC, FNDE e no Planalto. Santos é pregador com quase quatro décadas de carreira, com bom trânsito em igrejas em várias regiões do país. Ele é tratado como chefe pelo pastor Arilton Moura.

Arilton Moura
É também pastor e aparecia como secretário da convenção nacional presidida por Gilmar Santos, a quem trata como chefe. Ao lado de Gilmar Santos, negociava liberação de verbas federais da Educação com prefeitos, mantendo forte interlocução no MEC, FNDE e no Planalto. Já foi nomeado para um cargo comissionado na liderança do MDB na Câmara dos Deputados e também transitou em gabinetes petistas, como o de Ana Júlia Carepa, que governou o Pará de 2007 a 2011. Também vive em Goiânia, assim como Gilmar.

Outros presos
Luciano de Freitas Musse, advogado e ex-assessor do MEC, e Helder Bartolomeu, ex-assessor da Prefeitura de Goiânia.

Defesa do ex-ministro diz que prisão é desmotivada, injusta e desnecessária

OUTRO LADO

BRASÍLIA O advogado do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, preso na manhã desta quarta (22), afirmou que irá entrar com um pedido de habeas corpus para libertar seu cliente, sob o argumento de que as suspeitas apontadas para justificar a prisão não são contemporâneas.

"Vamos entrar com pedido de habeas corpus visando o reconhecimento da coação ilegal imposta, especialmente porque os fatos são pretéritos e sem contemporaneidade. Não se poderia decretar a medida excepcional", diz a nota assinada pelo advogado Daniel Bialski.

Ele afirma também que a razão da prisão preventiva decretada pela Justiça é "injusta, desmotivada e indiscutivelmente desnecessária".

A chamada Lei Anticrime, de 2019, estabelece que a prisão preventiva (sem prazo determinado) só pode ser decretada se ficarem especificados pelo juiz fatos novos ou contemporâneos, como situações de irregularidades que estejam em andamento e que justifiquem a aplicação da medida. A investigação sobre o Ministério da Educação tramita sob sigilo.

Bialski também advoga para a primeira-dama Michelle Bolsonaro, de quem o ex-ministro Milton Ribeiro é próximo. Quando Ribeiro foi exonerado, em março, Michelle se mostrou abalada e afirmou que confia muito no pastor presbiteriano.

À época, ela disse que Deus "vai provar que ele [Ribeiro] é uma pessoa honesta". "Posso dizer que eu amo a vida dele, tá?", afirmou a primeira-dama, quando questionada sobre a demissão.

Procurada, a advogada de Arilton Moura, Nara Nishizawa, disse que só se manifestará nos autos do processo.

A **Folha** não conseguiu localizar a defesa de Gilmar Santos nesta quarta. Tampouco foram localizados os advogados de Luciano de Freitas Musse e Helder Bartolomeu.

O atual ministro da Educação, Victor Godoy Veiga, concedeu breve entrevista nesta quarta em que falou que a pasta colabora com as investigações e negou ter conhecimento de qualquer irregularidade. Veiga era número 2 de Ribeiro antes de assumir o posto e esteve com os pastores.

"Nunca tive conhecimento de qualquer tipo de postura do ex-ministro na minha frente que pudesse me levar a qualquer tipo de desconfiança", disse Veiga.

> Vamos entrar com pedido de habeas corpus visando o reconhecimento da coação ilegal imposta
>
> **Daniel Bialski**
> advogado de Milton Ribeiro, em nota

Corrupção bolsonarista, capítulo 3

O sigilo, a desinformação e o apagão de dados neutralizam controle e facilitam crime

Conrado Hübner Mendes
Professor de direito constitucional da USP, é doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC

Todo governo corrupto pede ignorância, produz ignorância e depende da ignorância. Não há maior aliado da corrupção do que a ignorância. Não só a cultural e voluntária, efeito de falta de oportunidade educacional e do desinteresse pelo mundo e pelo outro. Mas também da institucionalmente forjada.

A produção institucional da ignorância é política "pública" no governo Bolsonaro. Não é qualquer desvio localizado num ou noutro ministério, de um ou outro agente. Ela se fez o mais transversal programa de governo em vigor. Bolsonaro precisa que desconheçamos o país tanto quanto possível para que a corrupção seja insondável e infalível.

A prática oficiosa combina três ações: fechar informação por meio de sigilo —o estado de sigilo; destruir ou deixar de construir informação— o apagão de dados; fabricar desinformação e catapultá-la por canais fora do escrutínio público para perturbar o juízo e os afetos. Três formas de supressão da esfera pública e manutenção da ignorância. Essa vasta "arcana imperii" bolsonarista pavimenta a corrupção.

O tripé tornou-se abissal no governo Bolsonaro. Aqui um resumo.

Razões jurídicas para o sigilo são razões extraordinárias e sujeitas a controle. Devem ser imprescindíveis à "segurança da sociedade e do Estado", segundo a Constituição. Bolsonaro as tornou ordinárias e isentas de fiscalização. Banalizou a exceção aqui também.

Sigilos centenários foram impostos para: acesso ao Palácio do Planalto de filhos do presidente, lobistas de armas e advogado de Bolsonaro; carteira de vacinação do presidente; encontros de Bolsonaro com pastores lobistas do MEC; absolvição de Pazuello. Alegou-se "informação pessoal". "Em cem anos saberá", ironizou Bolsonaro quando perguntado.

O governo também tomou iniciativas para restringir amplitude da Lei de Acesso à Informação e recusou publicidade a documentos sobre compra das vacinas Covaxin e Pfizer; encontro eventual do ex-ministro Sergio Moro com lobistas das armas; estudos sobre cloroquina; estudo da Fiocruz sobre uso de drogas; dados de desemprego; autuações e multas sobre crimes ambientais; documentos sobre as reformas administrativa e da previdência.

Gastos recordes com cartão corporativo presidencial também foram postos em sigilo. Para viagens governamentais, R$ 1 a cada R$ 4 em diárias e passagens ficaram em sigilo. Em 2021, o gasto representou R$ 170 milhões. E até matrícula da filha do presidente em colégio militar, sem ter feito prova de admissão a que todos se submetem, virou sigiloso.

Durante a pandemia, a batalha governamental contra a informação foi constante para dificultar a apuração do número de mortes e omissões da política sanitária. Um consórcio de imprensa foi montado para preencher o apagão governamental deliberado.

Além de bloquear informações essenciais à investigação de corrupção e à avaliação do desempenho governamental, o governo também instiga desconfiança, desfinancia e assedia funcionários de instituições que produzem informação e conhecimento. O adiamento do Censo, pelo IBGE, o ataque aos dados de desmatamento do INPE, as remoções de dados do Censo Escolar e do Enem pelo Inep são outros exemplos manifestos.

Nessa "escuridão estatística", como organizações internacionais que monitoram transparência e corrupção já diagnosticaram sobre o governo Bolsonaro, um governo vai se liberando para a delinquência e vivendo à margem do estado de direito.

Impedir acesso e destruir informações, e desmontar a infraestrutura de produção de dados é o paraíso do governo corrupto. A corrupção na ditadura militar, por exemplo, foi ocultada por estratégias desse tipo.

Um sujeito ignorante é manipulável e menos livre. Um suicida involuntário que toma cloroquina e recusa vacina. Está sempre às ordens. Ainda mais quando se crê inteligente porque bacharel. Dispensa ser governado democraticamente. Isso exigiria opinião informada e alguma capacidade para o autogoverno.

Quem aprendeu que, para ser contra a corrupção, deve abraçar a morte (física e democrática) com Bolsonaro, sugiro se manter ignorante sobre o orçamento secreto e continuar a vociferar contra o mensalão e o petrolão como se não houvesse amanhã. Porque talvez não haja mesmo. E fuja dos próximos capítulos.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | **SEX. Reinaldo Azevedo,** Angela Alonso, **Silvio Almeida** | SÁB. Demétrio Magnoli

Se a PF prendeu, tem um motivo, diz Bolsonaro sobre seu ex-ministro

Presidente afirma que não interfere na polícia e volta a falar em corrupção zero em seu governo

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que o ex-ministro Milton Ribeiro (Educação), preso pela Polícia Federal nesta quarta-feira (22), deve responder pelos seus atos.

"Ele que responda pelos atos dele, eu peço a Deus que não tenha problema nenhum", disse o presidente, em entrevista à rádio Itatiaia de Minas Gerais.

Afirmou também: "Se a PF prendeu, tem um motivo, e o ex-ministro vai se explicar. Nós afastamos o ministro na hora que tinha que afastar".

Bolsonaro disse que Ribeiro mantinha "conversa informal demais com algumas pessoas de confiança dele" e que isso pode tê-lo prejudicado na negociação com prefeitos.

Declarou ainda que a operação desta quarta é sinal de que a PF está trabalhando em seu governo, sem interferência.

Dias antes de demiti-lo, em março passado, Bolsonaro disse que colocava a "cara no fogo" por Ribeiro, evangélico e pastor. Diante das revelações, o então ministro perdeu o apoio até mesmo de integrantes da bancada evangélica no Congresso e deixou o posto.

"É um sinal de que eu não interfiro na PF. Porque isso vai respingar em mim, obviamente. Tenho 23 ministros, mais de uma centena de secretários, mais de 20 mil cargos de comissão. Se alguém faz algo de errado, vai botar a culpa em mim?", afirmou Bolsonaro nesta quarta-feira.

Ele disse que sabe que "a imprensa vai dizer" que Ribeiro é ligado a ele, mas que é preciso ter "paciência" em relação a isso. "Se tiver algo de errado, ele vai responder. Se tiver. Se for inocente, sem problema; se for culpado, vai pagar."

O mandatário disse que "houve denúncia" de que o ex-ministro "teria buscado prefeito, gente dele para negociar, buscar recurso" e que logo o "afastou" do cargo. Na realidade, porém, a exoneração, conforme foi publicado no Diário Oficial, ocorreu "a pedido" de Ribeiro, e não por ordem de Bolsonaro.

Na época, o governo chegou até a colocar em sigilo a lista de ocasiões em que pastores suspeitos foram ao Palácio do Planalto, mas depois recuou e abriu os dados.

Jair Bolsonaro, no lançamento da Agenda Institucional do Sistema de Comércio, em Brasília Isac Nóbrega/PR

> Eu boto minha cara toda no fogo pelo Milton
>
> **Jair Bolsonaro**
> presidente da República, em 24.mar

> Ele que responda pelos atos dele, eu peço a Deus que não tenha problema nenhum
>
> **Jair Bolsonaro**
> três meses depois, em 22.jun

Entenda as suspeitas sobre o caso do 'balcão de negócios' do MEC

Como tudo começou
- Milton Ribeiro se tornou alvo de grande pressão após a revelação de indícios de um esquema informal de obtenção de verbas envolvendo dois pastores sem cargo público
- Prefeitos apontam que uma espécie de balcão de negócios no MEC seria operado pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, ligados a Bolsonaro e também presos nesta quarta (22), e priorizava a liberação de valores para gestores próximos a eles e a prefeituras indicadas pelo centrão
- Os pastores Gilmar e Arilton vinham, ao menos desde jan.2021, negociando com prefeituras liberação de recursos federais para obras de creches, escolas, quadras ou para compra de equipamentos de tecnologia. Prefeitos relataram pedidos de propina, até em ouro.

O que provocou a pressão política para a demissão de Milton Ribeiro no MEC?
- A situação do então ministro se agravou a partir de21 de março deste ano, após a revelação pela **Folha** de áudio em que ele afirma que o governo priorizava prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados pelos pastores Gilmar e Arilton
- Na gravação, o ministro diz ainda que isso atendia a uma solicitação de Bolsonaro e mencionava pedidos de apoio que seriam supostamente direcionados para construção de igrejas
- "Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do [pastor] Gilmar", diz o ministro na conversa obtida pela **Folha** em que participaram prefeitos e os dois religiosos

Do que são acusados os detidos pela PF?
- Os dois pastores são apontados como lobistas que atuavam no MEC. A ação desta quarta-feira foi batizada de Acesso Pago e investiga a prática de "tráfico de influência e corrupção para a liberação de recursos públicos" do FNDE
- Com base em documentos, depoimentos e um relatório da CGU (Controladoria-Geral da União) foram mapeados indícios de crimes na liberação de verbas do fundo. Ao todo, foram cumpridos 13 mandados de busca e apreensão em Goiás, São Paulo, Pará e Distrito Federal
- No mandado de prisão de Ribeiro, o juiz Renato Borelli, da 15ª Vara Federal em Brasília, lista os crimes investigados e que podem ter sido cometidos pelo ex-ministro.
- São eles: corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência

O que dizem as defesas dos envolvidos?
- O advogado do ex-ministro afirmou que tentaria um habeas corpus para libertar seu cliente, sob o argumento de que as suspeitas apontadas para justificar a prisão não são contemporâneas.
- Ele diz também que a razão da prisão preventiva é "injusta, desmotivada e indiscutivelmente desnecessária".
- Os pastores também negaram irregularidades

"A gente não compactua com nada disso. Agora, não sei qual a profundidade dessa investigação. No meu entender, não é aquela orgânica, porque nós temos os compliances nos ministérios", disse à rádio.

Além de Ribeiro, foram presos os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, ligados a Bolsonaro, e mais duas pessoas.

Em uma live semanal, em março, Bolsonaro declarou que era uma covardia a pressão para que o então ministro deixasse o cargo diante das acusações de irregularidades na pasta.

Em áudio revelado pela **Folha** naquele mês, o então ministro dizia em conversa que o governo priorizava prefeituras cujos pedidos de liberação de verba tivessem sido negociados pelos dois pastores. Na gravação, Ribeiro também dizia que isso atendia a solicitação de Bolsonaro.

Na ocasião, o presidente insinuou que aliados queriam a saída do ministro para ter influência no ministério. "Tem gente que fica buzinando, faz chegar pra mim: 'Manda o Milton embora, já tem um bom nome para botar aí'. É gente que quer botar alguém lá [no MEC]."

Ainda naquela transmissão, ele voltou a afirmar que não há corrupção em seu governo porque age com prontidão em casos de suspeitas.

Nesta quarta-feira, o mandatário também disse novamente que há "corrupção zero" em sua gestão.

Outros episódios de investigações, porém, contradizem o discurso presidencial.

Em 2021, o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pediu demissão após ser alvo de operação, também da PF, que mirava crimes cometidos por madeireiras na Amazônia.

A negociação para a compra de vacinas no auge da pandemia da Covid-19 também provocou desgastes para o presidente, inclusive com desdobramentos investigados em uma CPI no Senado.

Houve ainda situações que atingiram seu núcleo familiar, como investigação da PF que apura suspeita de tráfico de influência envolvendo Jair Renan, filho conhecido como 04.

O presidente também tem sido criticado por sucessivas trocas no comando da Polícia Federal, com quatro mudanças de diretor-geral em pouco mais de três anos. Uma delas, inclusive, provocou em 2020 a demissão do então ministro da Justiça Sergio Moro, que deixou o posto acusando o presidente de tentar interferir no trabalho policial. O caso chegou a virar um inquérito no Supremo Tribunal Federal.

Copyright © Clipclap 2025.

Campanha de Bolsonaro vive seu pior momento com prisão, dizem aliados

Avaliação é que operação macula discurso anticorrupção do governo e será explorada pela oposição

BRASÍLIA Aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) avaliam que a prisão do ex-ministro Milton Ribeiro (Educação), nesta quarta-feira (22), coroa o pior momento da campanha eleitoral do mandatário, que aparece em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto para as eleições de outubro, distante do líder Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Já apreensivos com a alta do preço dos combustíveis, anunciada na semana passada pela Petrobras, pessoas próximas do presidente dizem que a prisão abala ainda mais um dos pilares da campanha, que é o discurso anticorrupção, usado para tentar fazer frente ao ex-presidente petista.

Como mostrou a coluna Mônica Bergamo, da **Folha**, aliados do presidente da República dizem que o episódio é um "verdadeiro desastre".

A oposição, por sua vez, vai se aproveitar do caso exatamente para apontar novas contradições no discurso do mandatário de que não haveria ilícitos em sua gestão. Aliados de Lula, por exemplo, reforçaram nesta quarta-feira a defesa da abertura de uma CPI para investigar o MEC.

Um integrante do núcleo duro da campanha bolsonarista diz que "não tem vida fácil", ao comentar a detenção de Ribeiro e de pastores ligados ao governo. Este aliado de Bolsonaro, porém, rechaça a tentativa da oposição de colar a prisão do ex-ministro no presidente, indicando a estratégia a ser adotada.

Outro aliado de Bolsonaro, ministro do governo, alega que a investigação não citou o presidente.

Diante da prisão de Ribeiro, a linha da campanha em defesa do mandatário é que a apuração ainda não evidenciou nenhuma delação, por exemplo, como a do ex-ministro Antonio Palocci, titular da Casa Civil e da Fazenda dos governos petistas, que acusou Lula de atos de corrupção.

Apesar do argumento, em um áudio revelado pela **Folha**, Milton Ribeiro disse que priorizava demandas dos amigos de um dos pastores a pedido de Jair Bolsonaro.

Ribeiro foi nomeado ministro da Educação em julho de 2020 e deixou o cargo em março deste ano, uma semana depois da revelação do áudio.

Integrantes da campanha de Bolsonaro dizem ser preciso ter cautela para verificar os desdobramentos da operação da Polícia Federal.

A constatação é a de que, se houve prisão, a polícia pode ter provas e elementos contundentes para ter realizado a operação. Qualquer tentativa de defender Milton Ribeiro das acusações, portanto, pode ser um tiro no pé.

Nesta quarta-feira, o próprio Bolsonaro deu o tom do discurso que será usado para defendê-lo: o de tentar se descolar do ex-ministro e dizer que a PF tem autonomia sob sua gestão.

Bolsonaro disse nesta quarta que "a imprensa vai dizer" que Ribeiro é ligado a ele, mas que é preciso ter "paciência" em relação a isso.

O deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, classificou o episódio como "lamentável".

"Eu não quero ser leviano de acusar. Não é um episódio que ajuda o governo, mas, ao agir imediatamente, deixar a investigação correr e que a punição ocorra logo, é uma forma diferente de governar com relação ao que a gente via antes", disse.

"Antes, dava-se o cargo de ministro ao investigado para se ter imunidade para não ser preso. Há uma diferença monstruosa."

O pastor e parlamentar Marco Feliciano (PL-SP) fez publicações no Twitter em que afirma ser um "dia muito triste" para a igreja evangélica de vertente pentecostal.

"A prisão do PR Gilmar Santos, pelo qual, como pregador da palavra, sempre tive respeito e admiração, nos causa um profundo constrangimento. Nos resta apenas aguardar os desdobramentos", afirmou.

O filho mais velho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), afirmou em vídeo publicado nas redes sociais que o governo federal está tranquilo e aguarda que Ribeiro preste seus esclarecimentos. Ele aproveitou para atacar o PT e acusar a oposição de usar a prisão do ex-ministro eleitoralmente.

"Enquanto o presidente Bolsonaro trabalha dia e noite para reduzir o preço do combustível, para reduzir o preço da comida, a oposição tenta usar isso eleitoralmente e colocar o Bolsonaro na mesma prateleira do Lula", afirmou.

Flávio ainda buscou eximir seu pai de culpa no episódio e exaltou sua postura de, segundo ele, permitir que a Polícia Federal promova uma investigação "isenta, independente, sem interferência".

"Foi o próprio ex-ministro que, em seu primeiro depoimento, colocou no papel que o presidente Bolsonaro não tem absolutamente nada a ver com as suspeitas que estão recaindo sobre ele nesse momento", afirmou.

Outro filho do presidente, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) gravou vídeo em que ironiza decisão anterior do magistrado responsável pela prisão, Renato Borelli. "Esqueça que o juiz que mandou prender o ex-ministro Milton Ribeiro é o mesmo que quis obrigar o presidente Jair Bolsonaro a usar máscara."

O deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) discursa na Câmara dos Deputados Paulo Sergio/Divulgação Câmara dos Deputados

> Eu não quero ser leviano de acusar. Não é um episódio que ajuda o governo, mas, ao agir imediatamente, deixar a investigação correr e que a punição ocorra logo, é uma forma diferente de governar com relação ao que a gente via antes
>
> **Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)**
> deputado federal e presidente da Frente Parlamentar Evangélica

Apesar da tentativa de descolamento, a investigação sobre Ribeiro macula a campanha de Bolsonaro não apenas por atingir um ex-ministro, mas por mirar no FNDE, órgão controlado pelo centrão, grupo de partidos que dá sustentação a Bolsonaro.

O FNDE foi entregue aos políticos como forma de o presidente da República criar uma base de apoio no Congresso para evitar o avanço de pedidos de impeachment. **Julia Chaib, Cézar Feitoza, Raquel Lopes e Renato Machado**

Prisão é grave, mas eleição prejudica CPI, diz Pacheco

BRASÍLIA O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro é "grave" e que o governo Bolsonaro precisa dar explicações, sobretudo a atual gestão da pasta.

Pacheco, no entanto, indicou que a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o tema, que ganhou força nesta quarta-feira (22), não ocorrerá com facilidade.

Ele disse que a prisão preventiva de Ribeiro é um "fato relevante", mas não "determinante" para a abertura da comissão. Além disso, avaliou que a proximidade do período eleitoral acabaria sendo prejudicial para os trabalhos de investigação.

"Num momento pré-eleitoral e muito próximo das eleições, isso de fato é algo que prejudica o escopo de uma CPI, que é uma investigação isenta, que toma o tempo necessário, a própria composição dela, com todos os senadores dedicados na comissão parlamentar de inquérito. Então o fato de estarmos num momento muito próximo das eleições acaba prejudicando essa e de qualquer outra CPI que venha ser instalada", disse Pacheco.

Ele ressalvou, porém, que a posição da presidência do Senado é "obediente à Constituição e ao regimento".

"De modo que se esse requerimento de CPI, assim como outros requerimentos de CPI, deve observar os limites os requisitos que se exige para apreciação da presidência do Senado. Cumpridos os requisitos, toda e qualquer CPI será instalada", afirmou.

Pacheco evitou fazer um prejulgamento sobre a prisão, alegando que não teve acesso aos autos do inquérito.

No entanto, pediu apuração rigorosa dos fatos e cobrou explicações do governo federal, "sobretudo o atual Ministério da Educação".

Após a prisão de Ribeiro, aumentou a pressão pela instalação de uma CPI para investigar o balcão de negócios do MEC. O requerimento havia sido inicialmente sugerido em abril deste ano e chegou a reunir as assinaturas necessárias.

No entanto, após pressão do governo, três senadores recuaram e praticamente sepultaram a criação da comissão.

Nesta quarta-feira, o líder do MDB, Eduardo Braga (MDB-AM), e a senadora bolsonarista Soraya Thronicke (União Brasil-MS) incluíram seus nomes no requerimento.

Horas depois foi a vez do senador Rafael Tenório (MDB-AL), que assumiu após pedido de licença do senador Renan Calheiros (MDB-AL). O suplente colocou sua assinatura após pressão de Renan.

Havia na noite desta quarta 26 subscritores, mas Randolfe considerava como certa a assinatura do presidente da Comissão de Educação, Marcelo Castro (MDB-PI) —que já anunciou que será o 27º parlamentar a assinar.

A liderança do governo no Senado minimizou a proximidade de reunião de todas as assinaturas necessárias. O líder Carlos Portinho (PL-RJ) lembrou que já há outros três requerimentos de CPIs protocolados, com as assinaturas necessárias. Por isso há o entendimento de que há uma "fila" que precisa ser respeitada.

Nos bastidores, os governistas afirmam que podem mesmo judicializar a questão, caso a CPI do MEC passe na frente das demais. **RM e RL**

Tom da reação ao caso gera dilema evangélico para rivais

ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO A prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro completa uma tempestade perfeita na campanha de Jair Bolsonaro (PL) para tentar permanecer na cadeira em outubro, não bastasse a inflação, a Petrobras, as trágicas mortes na Amazônia.

Afinal de contas, é um caso de corrupção bravo, com ligação direta entre os envolvidos e a figura presidencial.

Bolsonaro, como ele mesmo disse quando o auxiliar estava em apuros, botava a "cara no fogo" pelo pastor presbiteriano que ocupou o MEC.

Mas é esta última qualificação que torna o episódio algo distinto do que costumamos ver durante as pré-campanhas eleitorais eivadas por prisões de aliados de protagonistas no Brasil.

Se não é um integrante raiz, por assim dizer, do bolsonarismo evangélico que ascendeu com a eleição de 2018, Ribeiro traz para o foco os pastores acusados de engendrar o esquema no governo.

Assim, ambos os lados das principais trincheiras eleitorais, a de Bolsonaro e a de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), medem suas palavras para evitar que a associação entre "pastores" e "corrupção" se torne numa acusação generalizante.

E, com isso, que aliene o grupo que representa 27% do eleitorado, segundo o Datafolha.

Operadores bolsonaristas correram, na manhã desta quarta (22), para tentar unificar um discurso que isolasse o presidente. Evangélicos muito próximos do Planalto, como o deputado pastor Marco Feliciano (PL-SP), foram às redes lamentar o episódio, sem contudo entregar os acusados à fornalha eterna.

Bolsonaro foi na mesma linha, colocando a Polícia Federal como uma Santa Inquisição: se acusou, é porque tem algo a ser explicado. Mas foi isso, sem maiores elaborações como de resto é típico do modus operandi do político.

Assim, buscou evitar a ideia de que joga Ribeiro e seus preciosos pastores, que estiveram 45 vezes no Planalto e 100 vezes com o então ministro, no mesmo lago de fogo.

Cabe lembrar que o apoio ao presidente entre evangélicos só fez crescer após a eclosão do escândalo, em março deste ano, naquilo que um estrategista bolsonarista chamou de reação corporativa clássica. Resta saber como será agora.

Ao fim, não parece uma tática muito eficaz, em especial se o caso desdobrar-se, mas é a única possível neste momento. Bolsonaro sempre se gabou de ter 90% das igrejas evangélicas, mas não as históricas como a de Ribeiro.

É, como se sabe, uma imprecisão grosseira baseada em seu bom desempenho entre esse eleitorado em 2018.

A pesquisa Datafolha de maio dá a medida: 44% dos evangélicos afirmam apoiar o presidente no primeiro turno, descontados aí votos brancos e nulos e indecisos, enquanto 40% vão de Lula. Empate técnico, que se repete em simulações de segundo turno.

Do lado de Lula, o problema é análogo, embora a metodologia seja diferente. Arroubos que já se viram entre ditos progressistas, reduzindo evangélicos a corruptos pela associação a Bolsonaro, não deverão ser registrados entre aliados do petista.

O ex-presidente já conta com um passivo muito grande entre esse eleitorado, a começar pela defesa que deixou de ser defesa do direito ao aborto no começo deste ano.

Lula escorregou em outros itens caros ao eleitor mais conservador, como seu apoio a ditaduras e a fala recente lembrando a gestão que fez para soltar os sequestradores do empresário Abílio Diniz.

A máquina de moer digital do bolsonarismo já juntou tudo no mesmo pacote para tascar rótulos anticristãos em Lula, que por ora conta mais com a gravidade do impacto da crise econômica entre os mais pobres —franjas que se sobrepõem à filiação evangélica.

Copyright © Clipclap 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 4, 5, 6 e 10

Copyright © Clipclap 2025.